



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República na Paraíba

SELEÇÃO PARA ESTÁGIO NA ÁREA DE DIREITO 2008

Data: 06.04.2008

DADOS DO CANDIDATO

Preencha os dados abaixo de forma legível:

Nome do candidato: _____

INSTRUÇÕES PARA A PROVA

Leia com atenção as instruções abaixo:

- A prova é composta por **25 (vinte e cinco) questões** objetivas, de múltipla escolha, sendo apenas uma resposta a correta, e por **01 (uma) questão** discursiva (dissertação), na qual o candidato deverá escolher um dos três temas apresentados.
- O tempo de duração da prova é de **3 (três) horas**.
- O candidato deverá acertar, no mínimo, **13 questões** do total das 25 questões para ser habilitado à correção da dissertação.
- **Não** é permitida consulta à legislação, doutrina, jurisprudência ou a qualquer outro material e os candidatos não poderão conversar entre si, nem manter contato de espécie alguma.
- Os telefones celulares e similares **não** podem ser manipulados e devem permanecer **desligados** durante o período em que o candidato se encontrar na sala, bem como os pertences não utilizados na prova deverão estar embaixo da carteira, **ficando automaticamente excluído o candidato que for surpreendido nessas situações**.
- O candidato poderá levar consigo o caderno de provas, **faltando 1 (uma) hora para o término da prova e desde que entregue a folha de respostas/dissertação ao fiscal**.
- O candidato deverá preencher **a caneta e com letra de fôrma** a folha de respostas, escolhendo dentre as alternativas **A, B, C, D e E**, sendo desconsiderada a resposta se não for atendido o referido critério de preenchimento. Rasuras e a informação de mais de uma alternativa na mesma questão anulará a resposta, bem como o preenchimento **à grafite**.
- Os 03 (três) temas para a dissertação serão fornecidos após o início das provas, devendo o candidato utilizar somente **caneta esferográfica** para sua elaboração, sendo desconsiderada a dissertação se não for atendido o referido critério. **Não haverá substituição da folha de respostas nem da dissertação por erro do candidato**.
- Leia com atenção todas as questões e, havendo dúvidas, levante o braço para que um fiscal da prova o atenda.
- O gabarito da prova objetiva será divulgado no dia **07.04.2007, às 16:00h**, através do site www.prpb.mpf.gov.br, ou em lista afixada na recepção do prédio-sede da Procuradora, situada na Av. Getúlio Vargas, nº 277, Centro, abrindo-se o prazo de 02 (dois) dias úteis para interposição de recursos.

Boa prova !!!

1) Analise as proposições abaixo, em seguida responda:

I – A decisão que determina o arquivamento do inquérito policial por reconhecer a atipicidade da conduta produz coisa julgada material. Assim, o inquérito não pode ser desarquivado, ainda que surjam novos elementos de informação acerca do episódio antes apurado;

II – Constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contra-razões ao recurso interposto da rejeição da denúncia, não a suprindo a nomeação de defensor dativo;

III – Conforme o majoritário entendimento do STF, ainda que o inquérito policial esteja tramitando em regime de segredo de justiça, o advogado constituído pelo indiciado tem pleno acesso aos autos, podendo visualizar todas as provas já produzidas e formalmente incorporadas ao procedimento investigatório;

IV – Em se tratando de crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções, pode o próprio servidor público ofendido ajuizar ação penal mediante queixa-crime.

- a) Apenas as assertivas I e III estão corretas;
- b) Apenas as afirmações II e III estão corretas;
- c) Apenas as assertivas I e IV estão corretas;
- d) Apenas as assertivas II e IV estão corretas;
- e) Todas as afirmações estão corretas.

2) Analise as proposições abaixo, em seguida responda:

I - Intimada a defesa da expedição da carta precatória, torna-se desnecessária intimação da data da audiência no juízo deprecado;

II – O prazo para o Ministério Público apresentar alegações finais no processo penal é de 3 (três) dias. Caso elas sejam oferecidas após vencido o prazo, deve o Juiz mandar desentranhá-las dos autos;

III – Nos crimes de responsabilidade de funcionários públicos, antes de receber a denúncia, o juiz deverá notificar o réu para que apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Entretanto, conforme a jurisprudência do STJ (que, neste ponto, diverge do atual posicionamento do STF), a exigência de notificação prévia é prescindível quando a apuração do delito for realizada por meio de inquérito policial;

IV – No processo penal, contam-se os prazos da data da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem, e não da data da intimação.

- a) Apenas as assertivas I e III estão corretas;
- b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas;
- c) Apenas as afirmações III e IV estão corretas;
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas;
- e) Apenas as alternativas II e IV estão corretas.

3) Analise as proposições abaixo, em seguida responda:

I – A apelação pode ser interposta pessoalmente pelo réu, ainda que não seja advogado;

II - A renúncia do réu ao direito de apelação, manifestada sem a assistência do defensor, impede o conhecimento da apelação por este interposta;

III – Contra a decisão do juiz que defere o requerimento de prisão preventiva cabe recurso em sentido estrito;

IV – Salvo quando nula a decisão de primeiro grau, o acórdão que provê recurso contra a rejeição da denúncia vale, desde logo, pelo recebimento dela.

- a) Todas as afirmações estão corretas;
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas;
- c) Apenas as assertivas I e IV estão corretas;
- d) Apenas as afirmações II e III estão corretas;
- e) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

4) Analise as assertivas abaixo e marque a alternativa correta:

I - Entende-se por antíteses teóricas as possibilidades lógicas de opor a cada um dos princípios um correspondente princípio antagônico;

II - A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito;

III – O contraditório diferido implementa-se, como regra, após a produção da prova;

IV – Em se tratando de prisão temporária, terminando o prazo estipulado pelo juiz (com ou sem prorrogação), deve o indiciado ser imediatamente libertado pela própria autoridade policial, independentemente da expedição de alvará de soltura pelo juiz.

- a) As assertivas I e II são verdadeiras e as III e IV são falsas;
- b) Apenas a hipótese IV é falsa;
- c) São falsas as assertivas IV e II e verdadeiras a I e III;
- d) Não há nenhuma assertiva falsa;
- e) Apenas a hipótese II é verdadeira.

5) Analise e responda:

I – A doutrina do processo penal faz uma distinção conceitual entre as provas ilícitas e as denominadas provas ilegítimas. As primeiras são aquelas obtidas com violação do direito processual. As segundas violam normas de direito material;

II - No Processo Penal, tanto a falta de defesa como a sua deficiência constituem nulidade absoluta, uma vez que sempre serão prejudiciais ao réu;

III – Não se aplicam à segunda instância o art. 384 e parágrafo único do CPP, que possibilitam dar nova definição jurídica ao fato delituoso, em virtude de circunstância elementar não contida explícita ou implicitamente na denúncia ou na queixa.

IV – O Supremo Tribunal Federal, acolhendo a teoria do *Fruit of the Poisonous Tree*, não admite a prova ilícita por derivação.

- a) Todas as afirmações estão corretas;
- b) Todas as afirmações estão erradas;
- c) Apenas as alternativas I e IV são corretas;
- d) A alternativa I está correta e a III está errada;
- e) As alternativas III e IV estão corretas.

6) Analisando, é possível dizer que:

I - Delatio Criminis postulatória é o mesmo que representação;

II - Do despacho da autoridade policial que indeferir pedido de abertura de inquérito policial, não caberá nenhum recurso, administrativo ou judicial;

III - Não estando previsto, em nossa legislação, Tribunal do Júri Federal, o homicídio de agente da Polícia Federal, quando desempenhando missão inerente ao cargo, será julgado por Tribunal do Júri da comarca onde aconteceu o delito;

IV - Crimes de ameaça veiculados pela rede internacional de computadores (internet) são de competência da Justiça Federal, dada à internacionalidade do meio utilizado;

- a) Apenas a alternativa I é verdadeira;
- b) Todas as alternativas são verdadeiras;
- c) Apenas a alternativa IV é verdadeira;
- d) Todas as alternativas são falsas;
- e) As alternativas I e IV são verdadeiras.

7) Analise e responda:

I - No art. 312 do CPP estão previstos dois pressupostos de toda prisão cautelar: *o fumus comissi delicti* e *o periculum libertatis*. Na prisão em flagrante, limita-se a autoridade policial a constatar *o fumus comissi delicti*;

II - A conexão não determina a reunião dos processos, se um deles já foi julgado;

III – O prazo da prisão temporária soma-se ao da prisão preventiva decretada posteriormente, para efeito de configurar excesso de prazo;

IV - Caberá recurso em sentido estrito da decisão do juiz que extingue o processo criminal em face da prescrição.

- a) Apenas a hipótese II é verdadeira;
- b) Apenas a hipótese IV é verdadeira;
- c) São falsas as assertivas IV e II e verdadeiras a I e III;
- d) Há apenas uma assertiva falsa;
- e) As assertivas I e II são verdadeiras e as III e IV são falsas.

DIREITO PENAL

8) Analise as proposições abaixo, em seguida responda:

I - O Superior Tribunal de Justiça, contrariando parte da doutrina, assentou entendimento segundo o qual é possível a prática do crime de desobediência por funcionário público, no exercício de suas funções;

II – Quando se tratar de crime continuado, a prescrição regula-se pela pena imposta na sentença, não se computando, entretanto, o acréscimo decorrente da continuação;

III – É cabível a suspensão condicional do processo na desclassificação do crime e na procedência parcial da pretensão punitiva;

IV - A utilização de papel-moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato.

- a) Apenas as assertivas I e III estão corretas;
- b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas;
- c) Apenas as afirmações II e III estão corretas;
- d) Apenas as assertivas II e IV estão corretas;
- e) Todas as afirmações estão corretas.

9) Analise as proposições abaixo, em seguida responda:

I – A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência;

II – Admite-se a suspensão condicional do processo por crime continuado, se a soma da pena mínima da infração mais grave com o aumento mínimo de um sexto for superior a um ano;

III – Segundo o entendimento do STF, é possível o reconhecimento da prescrição antecipada, também conhecida como prescrição virtual ou prescrição em perspectiva;

IV – Em se tratando do crime de estelionato, a lei determina o aumento da pena, quando o referido delito é praticado em detrimento de entidade de direito público.

- a) Apenas as assertivas I e III estão corretas;
- b) Apenas as assertivas II e III estão corretas;
- c) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas;
- d) Apenas as assertivas II e IV estão corretas;
- e) Apenas a afirmativa IV está correta.

10) Analise e responda:

I - Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, omitindo informação, ou prestando declaração falsa às autoridades fazendárias;

II - É admissível a forma culposa nos crimes de “Lavagem” ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores;

III - O servidor público, no exercício de suas funções, não pode ser sujeito ativo de nenhum dos crimes contra a ordem tributária;

IV - Os Crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores são sempre da competência da Justiça Federal.

- a) Apenas as alternativas I e III estão erradas;
- b) Todas as alternativas estão erradas;
- c) Apenas as alternativas II, III e IV estão erradas;
- d) Todas as alternativas estão corretas;
- e) Apenas a alternativa IV está correta.

11) Pode-se afirmar:

I - No peculato por erro de outrem - art. 313 do CP, o sujeito ativo não dispõe previamente da posse do dinheiro ou da utilidade de que se apropria;

II - O funcionário público, e especialmente aquele devidamente autorizado a trabalhar com a informação, é o sujeito ativo do crime de Inserção de Dados Falsos em Sistema de Informações;

III - No delito de Modificação ou Alteração não Autorizada de Sistemas de Informações, a tentativa é teoricamente possível, desde que haja interrupção da fase executória, por circunstâncias alheias à vontade do agente;

IV - A qualidade de funcionário público do agente, no crime de peculato, se estende também aos co-autores ou partícipes do delito, salvo se o particular desconhece a condição de funcionário público do sujeito ativo, respondendo por outro delito.

- a) Apenas as alternativas I e III estão erradas;
- b) Todas as alternativas estão erradas;
- c) Apenas as alternativas III e IV estão erradas;
- d) Todas as alternativas estão corretas;
- e) Apenas a alternativa IV está correta.

12) Assinale a correta:

I - O excesso de exação constitui modalidade especial de concussão;

II - É atípico, ainda não previsto em lei, e portanto não constitui crime, o ato de facilitar, o funcionário público, a prática de contrabando ou descaminho;

III - É atípica a conduta de pessoa que simula seu próprio seqüestro, após se dizer ameaçada por indivíduos na internet, dando causa à instauração de investigação policial;

IV - Não comete crime o funcionário que, apenas por indulgência, sem lograr nenhum lucro, deixar de responsabilizar seu subordinado que cometeu infração no exercício do cargo.

- a) Apenas a alternativa I está correta;
- b) Apenas as alternativas I e II estão erradas;
- c) Apenas as alternativas I e III estão erradas;
- d) Apenas as alternativas I e IV estão erradas;
- e) Todas as alternativas estão erradas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

13) Analise as proposições abaixo, em seguida responda:

I – Tendo 15 dias para contestar, o réu o fez em 10. Se pretender aditar a contestação no 12º dia do prazo, a isso estará impossibilitado em face da ocorrência da preclusão consumativa;

II – Constatando a prática de um ato lesivo ao patrimônio público, pode uma pessoa jurídica, desde que regularmente constituída, ajuizar ação popular;

III – No processo civil, chama-se de réplica a possibilidade de o autor confutar todos os argumentos que foram levantados pelo réu na contestação;

IV - Concedida a liminar na ação cautelar preparatória, a contagem do prazo para o ajuizamento da ação principal, que é de trinta dias, começa a partir da efetivação da medida cautelar. Findo o prazo sem que o autor tenha proposto a ação, a liminar concedida perde a sua eficácia.

- a) Apenas as assertivas I e III estão corretas;
- b) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas;
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas;
- d) Apenas as assertivas II e IV estão corretas;
- e) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.

14) Analise as proposições abaixo, em seguida responda:

I - Formulado pedido certo e determinado, somente o autor tem interesse recursal em argüir o vício da sentença íliquida;

II - A extinção do processo, por abandono da causa pelo autor, depende de requerimento do réu;

III - Mesmo que o Ministério Público tenha figurado no processo apenas como fiscal da lei, ele detém legitimidade para recorrer;

IV - Havendo litisconsórcio necessário multitudinário, o juiz poderá limitá-lo quanto ao número de litigantes, quando este puder comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa.

- a) Apenas a assertiva I está correta;
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas;
- c) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas;
- d) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas;
- e) Todas as alternativas estão corretas.

15) Analise as proposições abaixo, em seguida responda:

I - A lei do mandado de segurança assegura ao impetrante o direito de requerer ao magistrado a requisição de documentos necessários à prova do alegado, se a autoridade recusar-se a fornecê-lo ou a fornecer certidão equivalente;

II – Sob pena de nulidade do processo, o Ministério Público deve sempre se pronunciar acerca da matéria debatida nos autos do mandado de segurança;

III - Se o ato foi praticado por delegação ou subdelegação de competência, a impetração deve ser dirigida contra a autoridade que detém os poderes delegados;

IV – a concessão de mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais em relação a período anterior à impetração, os quais devem ser reclamados administrativamente ou pela via judicial própria.

- a) Apenas a assertiva I está correta;
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas;
- c) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas;
- d) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas;
- e) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.

16) Analise as proposições abaixo, em seguida responda:

I - Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total procedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada;

II – O recurso de apelação, quando interposto contra decisão que indefere a petição inicial, admite juízo de retratação;

III – Havendo um litisconsórcio facultativo passivo, se o autor desistir da ação quanto a algum réu ainda não citado, o prazo para a resposta dos demais correrá da intimação do despacho que deferir a desistência;

IV – Havendo requerimento de denunciação da lide, uma vez ordenada a citação do denunciado, o processo fica suspenso.

a) Apenas a assertiva I está correta;

b) Apenas as assertivas I e II estão corretas;

c) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas;

d) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.

e) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.

17) Analise as proposições abaixo, em seguida responda:

I – Em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal, caso ele requeira a realização de perícia, não está obrigado a efetuar o adiantamento dos honorários periciais;

II - A defensoria pública não tem legitimidade para propor ação civil pública;

III – Não é cabível ação civil pública para veicular pretensão destinada a impedir a cobrança da taxa de iluminação pública;

IV – Não é legítima a utilização de ação civil pública como instrumento de fiscalização incidental de constitucionalidade, pela via difusa, de lei federal, ainda que a controvérsia constitucional não se identifique como objeto único da demanda, mas como questão prejudicial.

a) Apenas as assertivas I e II estão corretas;

b) Apenas as assertivas I e III estão corretas;

c) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas;

d) Apenas as assertivas II e IV estão corretas;

e) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.

18) Analise as proposições abaixo, em seguida responda:

I – Na própria petição inicial da ação de improbidade administrativa, é possível requerer a indisponibilidade dos bens pertencentes ao réu a quem se imputa a prática de ato ímprobo causador de prejuízo ao erário;

II – Prescreve em cinco anos o prazo para ajuizar ação de improbidade em face de determinado servidor público que se apropriou de dinheiro de que tinha a posse em razão do cargo público que ocupava;

III – Em se tratando de ato de improbidade administrativa protagonizado por ocupante de mandato eletivo, o prazo prescricional é computado a partir do término do mandato, e não da data em que praticado o ato ímprobo;

IV – No âmbito da ação de improbidade administrativa, é possível, mediante acordo, reduzir as sanções a serem impostas ao agente público protagonista do ato de improbidade administrativa, desde que ele se comprometa a revelar os beneficiários do ato ilícito, possibilitando que o Estado recupere os recursos que foram desviados.

a) Apenas a assertiva I está correta;

b) Apenas as assertivas I e II estão corretas;

c) Apenas as afirmativas I e III estão corretas;

d) Apenas as assertivas II e III estão corretas;

e) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.

19) Analise as proposições abaixo, em seguida responda:

I – Havendo conexão entre causas que tramitam perante juízos de comarcas diversas, considera-se prevento aquele que despachou em primeiro lugar;

II - A sentença proferida em processo no qual se detectou a ausência de citação de litisconsorte necessário não produz efeito em relação aos litisconsortes que figuraram no processo;

III - Se concluir no sentido da exclusão do processo do ente federal cuja presença motivara o juiz estadual a declinar da competência, o juiz federal deve suscitar conflito de competência e não simplesmente restituir os autos ao juízo estadual;

IV - No processo civil, o Ministério Público possui prazo em dobro para contestar.

a) Apenas as alternativas I e II estão corretas;

b) Apenas as assertivas II e III estão corretas;

c) Apenas a afirmativa II está correta;

d) apenas a alternativa IV está errada;

e) Todas as assertivas estão erradas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

20) Marque a alternativa errada:

- a) O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas competente acerca das contas que o prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal;
- b) A arguição de descumprimento de preceito fundamental permite, em tese, o controle concentrado e abstrato de constitucionalidade sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal anteriores à promulgação da Constituição de 1988;
- c) O preceito constitucional que garante aos deputados e senadores a inviolabilidade de suas opiniões palavras e votos trata da imunidade material a eles assegurada;
- d) O conflito negativo de atribuições entre membro do Ministério Público Federal na Paraíba e Promotor de Justiça do Estado da Paraíba deve ser dirimido pelo Superior Tribunal de Justiça;
- e) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos.

21) Marque a alternativa errada:

- a) O cargo de Procurador-Geral da República é privativo de brasileiro nato;
- b) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal;
- c) É função instituição do Ministério Público exercer o controle externo da atividade policial;
- d) É vedado ao Ministério Público prestar consultoria jurídica e entidades públicas;
- e) O Ministério Público da União compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

22) O Controle Concentrado de Constitucionalidade de lei ou ato normativo pode ser verificado em quais situações?

- a) apenas na ADIn ou ADI (ação direta de inconstitucionalidade) genérica - art. 102, I, "a", da CF/88;
- b) apenas na ADIn por omissão - art. 103, § 2º, da CF/88;
- c) na ADIn genérica - art. 102, I, "a", da CF/88, na ADIn por omissão - art. 103, § 2º, da CF/88, na ADIn Interventiva - art. 36, III da CF/88, na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - art. 102, § 1º, da CF/88; e na Ação Declaratória de Constitucionalidade - art. 102, I, "a", e as alterações da EC nº 3/93 e 45/04;
- d) não há esse tipo de Controle de Constitucionalidade previsto em nossa carta Magna;
- e) Apenas o Controle Preventivo pode ser feito, durante o processo legislativo de formação do ato normativo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

23) Analise e responda:

- I - É obrigatória a presença de advogado em todas as fases do processo administrativo disciplinar;
- II - As penalidades disciplinares de advertência, suspensão, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão e destituição de função comissionada, são aplicadas apenas ao servidor ocupante de cargo efetivo;
- III - A ação disciplinar prescreverá em 180 (cento e oitenta) dias, quanto à advertência. E a abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar não interrompe a prescrição;
- IV - No Inquérito Administrativo, as testemunhas arroladas, sendo servidores públicos e suas afirmações tendo fé de ofício, poderão trazer os seus depoimentos por escrito.

- a) Apenas a alternativa I é verdadeira;
- b) Apenas as alternativas I e II são verdadeiras;
- c) Apenas a alternativa IV é verdadeira;
- d) Apenas as alternativas II e III são verdadeiras;
- e) Apenas as alternativas II e IV são verdadeiras.

24) Analisando as questões, é possível afirmar:

- I - Para aquisição de bens, serviços comuns e obras, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão; a modalidade de licitação pregão, na forma eletrônica, destina-se à aquisição de bens e serviços comuns;
- II - A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, proibidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade;

III - É dispensável a licitação na contratação de associação de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgãos ou entidades da Administração Pública, para a prestação de serviços ou fornecimento de mão-de-obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

IV - O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica, não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários.

- a) Apenas as afirmações I e II estão corretas;
- b) Todas as afirmações estão erradas;
- c) Apenas as alternativas I, II e IV estão corretas;
- d) A alternativa I está errada;
- e) Apenas as alternativas III e IV estão corretas.

25) Analise as assertivas abaixo e marque a alternativa correta:

I - Constituem decorrência da estabilidade do servidor os direitos à reintegração, à disponibilidade e ao aproveitamento;

II - O Princípio da Oficialidade, no âmbito administrativo, assegura a possibilidade de instauração do processo por iniciativa da Administração, independentemente de provocação do administrado;

III - Os bens dominicais, mesmo não estando afetados a finalidade pública específica, não podem ser alienados por meio de institutos de direito privado;

IV - Em caso de danos causados a terceiros por trabalhador a serviço de concessionária de serviço público, não incide a responsabilidade objetiva do Estado;

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas;
- b) Apenas as alternativas I e IV estão corretas;
- c) Apenas as alternativas I, II e IV estão corretas;
- d) Todas as alternativas estão corretas;
- e) Apenas as alternativas III e IV estão corretas.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República na Paraíba

SELEÇÃO PARA ESTÁGIO NA ÁREA DE DIREITO 2008

Data: 06.04.2008

Folha de Respostas e Dissertação

DADOS DO CANDIDATO

Preencha os dados abaixo de forma legível:

Nome do candidato: _____

Assinatura: _____

Identidade: _____

QUESTÃO 01	
QUESTÃO 02	
QUESTÃO 03	
QUESTÃO 04	
QUESTÃO 05	
QUESTÃO 06	
QUESTÃO 07	
QUESTÃO 08	
QUESTÃO 09	
QUESTÃO 10	
QUESTÃO 11	
QUESTÃO 12	
QUESTÃO 13	
QUESTÃO 14	
QUESTÃO 15	
QUESTÃO 16	
QUESTÃO 17	
QUESTÃO 18	
QUESTÃO 19	
QUESTÃO 20	
QUESTÃO 21	
QUESTÃO 22	
QUESTÃO 23	
QUESTÃO 24	
QUESTÃO 25	

